**ANEXO IX – Declarações de Regularidade**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº \_\_\_/2018**

Prezados Senhores,

A (denominação social da LICITANTE individual ou da empresa integrante do consórcio) apresenta os documentos exigidos para a sua habilitação, nas condições estabelecidas no EDITAL, e declara, sob as penas da lei, que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que toca à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

b) não se encontra em processo de (a) falência; (b) liquidação judicial ou extrajudicial; (c) insolvência; (d) administração especial temporária; ou (e) intervenção.

c) não há fatos impeditivos para a sua participação desta na LICITAÇÃO, uma vez que:

c.1) a) não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa, não estando proibida de licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ambos do Governo Federal, Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade Administrativa referente a Lei n 8.429/92 e no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP do ESTADO, instituído nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 60.106/2014;

c.2) não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de São Paulo;

c.3) se compromete a comunicar ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objeto desta Declaração; e

c.4) não está condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/1998;

d) nenhum de seus diretores ou gerentes foi condenado por quaisquer dos crimes ou contravenções previstos no artigo 1º da Lei Estadual n.º 10.218/1999;

e) se encontra regular perante às Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

f) tem ciência de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL impede a contratação com o CONCEDENTE, de acordo com a Lei Estadual n.º 12.799/2008;

São Paulo, [•] de [•] de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) da LICITANTE individual ou de cada empresa integrante do consórcio)

\*É necessário o reconhecimento de firma.